

v. 1, n. 1 , jan./abr. 2020

Revista Instituto

POLÍTICA

por.de.para

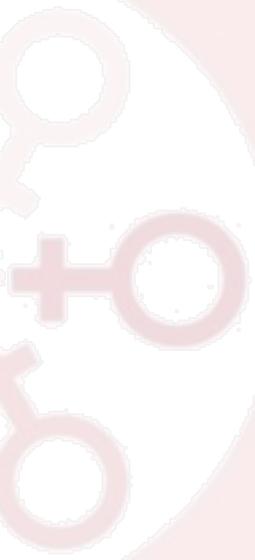
MULHERES



Instituto Política *por.de.para* Mulheres

Para

MULHERES



SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E *LAWFARE*: UMA ANÁLISE DOS CASOS DILMA ROUSSEFF E CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

GENDER VIOLENCE AND LAWFARE: AN ANALYSIS OF THE CASES DILMA ROUSSEFF AND CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

Indiana Rocío Azar e Luiza Tavares da Motta.....11-32

OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NO INTRAMUROS PARTIDÁRIO

THE CHALLENGES OF WOMEN'S REPRESENTATIVITY ON THE WALLS WITHIN THE POLITICAL PARTY

Wagner Luiz Zacliffevis e Ana Claudia Santano.....33-54

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COMO CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UM DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

POLITICAL PARTICIPATION OF WOMEN AS A FUNDAMENTAL CONDITION FOR SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT THE CASE OF THE BRAZILIAN NORTHEAST

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab.....57-76

ENTRE AS GRADES: O SER MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

AMONG THE GRATES: THE WOMAN IN DEPRIVATION OF FREEDOM

Milena Popadiuk, Jaqueline Fatima Previatti Veiga e Adriana Moro.....77-96

SUMÁRIO / CONTENTS

“NA HORA DE FAZER FOI BOM, NÉ? ENTÃO AGORA AGUENTA” – VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA, EDUCAÇÃO CRÍTICA E NARRATIVAS DE PELE

*“AT THE TIME OF DOING IT WAS GOOD, WELL? THEN NOW TAKE IT” –
OBSTETRIC VIOLENCE, CRITICAL EDUCATION AND SKIN NARRATIVES*

Josélia Gomes Neves, Gisele de Oliveira e Claudia Regina Abreu.....99-119

DECISÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS PARA UMA APROXIMAÇÃO DO CUIDADO REALIZADO POR MULHERES NAS CASAS-LARES

*THEORETICAL METHODOLOGICAL DECISIONS FOR AN APPROACH OF
CARE PERFORMED BY WOMEN IN CHILDREN'S CARE HOME*

Ana Maria Silvello Pereira e Marlene Tamanini.....121-142

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO BANCO DOS RÉUS: O JULGAMENTO DO JÚRI NA PROVÍNCIA DE CÓRDOBA - ARGENTINA

*VIOLENCES AGAINST WOMEN ON THE DEFENDANT: THE JUDGMENT OF
THE
JURY IN CORDOBA PROVINCE - ARGENTINA*

Natalina Stamile e Carlos Martín Villanueva.....145-177

GÊNERO E AGROECOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

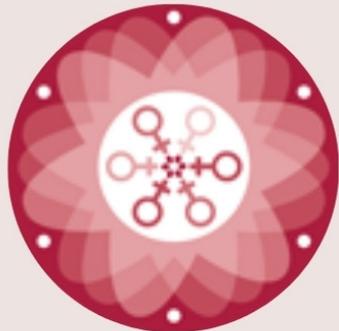
*GENDER AND AGROECOLOGY: THE IMPORTANCE OF WOMEN FROM THE
FIELD, WATER AND FORESTS FOR THE PRODUCTION OF HEALTHY FOODS*

Katya Regina Isaguirre-Torres e Aline Maria dos Santos Silva.....157-177

UMA ANÁLISE FEMINISTA DA INJUSTIÇA EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO DE AUTORIDADE EPISTÊMICA

*A FEMINIST ANALYSIS OF INJUSTICE IN CASES OF ASSIGNMENT OF
EPISTEMIC AUTHORITY*

Patricia Ketzer.....157-177



Uma análise feminista da injustiça em casos de atribuição de autoridade epistêmica

A feminist analysis of injustice in cases of attributing epistemic authority

Patricia Ketzer *

Universidade de Passo Fundo (Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-9742-0076>

patriciak@upf.br

Recebido/Received: 03.12.2019/ December 3th, 2019

Aprovado/Approved: 08.01.2020/ January 8th, 2020

1 Considerações Iniciais

O artigo tem como objetivo analisar o fenômeno da injustiça epistêmica em casos de atribuição de autoridade epistêmica. Para tal, inicia apresentando as abordagens feministas, responsáveis por abrirem a possibilidade para esse tipo de debate, ao inserirem a discussão acerca do conhecimento situado, e da impossibilidade de um sujeito universal do conhecimento. A Epistemologia Feminista se desenvolveu a partir do questionamento da Epistemologia Tradicional, historicamente individualista e centrada no sujeito. Um sujeito que se pressupunha universal, quando na verdade expressava somente a experiência do homem branco heterossexual e europeu. Um sujeito que se julgava descorporificado, como pretendeu Descartes, quando na realidade era social e historicamente situado. Esse sujeito purificado, ao libertar-se do corpo, na verdade libertava-se *dos outros* (do feminino, do não-branco etc.).

A epistemologia sempre apreciou pensar-se como fundada na razão, e essa concepção de razão, advinda do iluminismo, sempre se supôs universal e objetiva. Uma

Como citar este artigo/How to cite this article: KETZER, Patricia. Uma análise feminista da injustiça em casos de atribuição de autoridade epistêmica. *Revista Instituto Política por.de.para Mulheres*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 189-217, jan./abr. 2020.

* Doutora em Filosofia - PUCRS. Mestre em Filosofia - UFSM. Especialista em Ciências Sociais – UPF. Professora Adjunta I - UPF. E-mail: patriciak@upf.br



mente racional sem classe, sexo, raça, localização histórico-social e nem mesmo corpo. As feministas reivindicam o corpo, pois assumem que o conhecimento é possível ao sujeito corporificado. De uma perspectiva feminista, a posição social dos que conhecem não é sem importância, ao contrário, deve estar no centro das discussões, já que “a categorização sexual da filosofia e sua frequente exclusão das mulheres, baseia-se na negação dessa posição, no pressuposto de uma “universalidade” que na verdade é parcialidade dissimulada”.¹

Metodologicamente discute os estereótipos de gênero inerentes à produção do conhecimento e questiona como suas normas de produção negligenciam e prejudicam a vida das mulheres e reforçam o sistema patriarcal. A partir da inserção dos debates feministas no ambiente acadêmico, feministas estabelecem a distinção entre sexo e gênero, concentrando a maior parte das análises na categoria de gênero, como implicado por aspectos culturais e sociais dos corpos sexuados.

Gênero torna-se uma área significativa para investigação das relações sociais, que não pode ser ignorada pela epistemologia social. Epistemólogas feministas também têm considerado cada vez mais as inter-relações entre gênero e outras categorias sociais, como raça e etnia, classe, sexualidade, capacidades e localização global, investigando sua importância para o conhecimento². Epistemólogas feministas defendem a necessidade de situar o sujeito de conhecimento social e historicamente para evitar casos de silenciamento e de injustiças testemunhais e hermenêuticas. Deste modo, na terceira parte deste trabalho, nos propomos a analisar casos de atribuição de autoridade e confiança epistêmica, estabelecendo os critérios para uma prática adequada, mas considerando a importância de estarmos atentos para casos em que pode haver injustiças epistêmicas.

2 Epistemologia Feminista

A epistemologia feminista foi significativa para o desenvolvimento de uma epistemologia social. O trabalho de epistemólogas feministas forneceu as bases para compreender a amplitude e a profundidade das dimensões sociais do conhecimento. Apesar de as epistemólogas terem focado inicialmente em como o gênero atua nas

¹ FRICKER, M.; GRIMSHAW, J. Feminismo e Filosofia. In: BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. P. *Compêndio de Filosofia*. 3. ed. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2010.

² GRASSWICK, H. *Feminist Social Epistemology*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminist-social-epistemology/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

práticas de conhecimento, suas reflexões são generalizáveis para como outras formas de poder social atuam nestas práticas. O foco da epistemologia feminista em relações de poder fez com que alguns filósofos a situassem no outro extremo da Epistemologia Social³.

Entretanto, poucas epistemólogas feministas reduzem conhecimento a poder político, ainda que atentem para as relações entre ambos. Desta maneira a produção de conhecimento tem permanentemente se comprometida com uma perspectiva normativa, pois na medida em que feministas visam transformar as práticas de conhecimento para corrigir as desigualdades de gênero, reivindicando mudanças sociais, não basta descrever como o gênero molda estas práticas. A normatividade com a qual as epistemólogas feministas estão comprometidas é tanto moral quanto epistêmica. Trata-se, por exemplo, de estabelecer critérios para identificar boas e más afirmações de conhecimento, criticando aquelas que são sexistas e apoiando as que não são, distinguindo as práticas de conhecimento androcêntricas das não androcêntricas, e reforçando as não-androcêntricas etc. As produções do campo de estudo também levantaram críticas ao individualismo da tradição epistemológica, contribuíram para que se pensasse os agentes doxásticos como seres sociais, apresentaram análises acerca da produção do conhecimento em situações de opressão social e análises dos benefícios epistêmicos da justiça social e de instituições democráticas.⁴

Segundo Epistemólogas Feministas, as práticas dominantes do conhecimento prejudicam as mulheres ao excluí-las da investigação e da pesquisa científica; ao negar-lhes autoridade epistêmica; ao desprezar os modos de conhecer “femininos”; ao produzir teorias sobre mulheres representando-as como inferiores, desviantes ou como significativas apenas quando servem aos interesses masculinos; ao produzir teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses das mulheres invisíveis; ao produzir ciência e tecnologia que não é útil para pessoas em posições subordinadas, ou que reforça o gênero e outras hierarquias sociais.

³ Cf. GOLDMAN, A. Social Epistemology. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2001 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2001. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2001/entries/epistemology-social>. Acesso em: 20 dez. 2018. KITCHER, P. Contrasting Conceptions of Social Epistemology. *Socializing Epistemology: The Social Dimensions of Knowledge*, Frederickf. Schmitt (ed.), Lanham MD: Rowman & Littlefield, 111–134, 1994.

⁴ KITCHER, P. *Contrasting Conceptions of Social ...*, p. 111–134.

A Epistemologia Tradicional, em geral, focou-se em conhecimento proposicional simples, com assuntos acessíveis a qualquer aparato cognitivo básico. Afirmções como $(2+2=4)$, *a neve é branca*, *a grama é verde*. A Epistemologia Feminista não afirma que estas afirmações de conhecimento sejam generificadas ou generificáveis. Na verdade, está interessada em afirmações de conhecimento oriundas de conhecimento fenomenológico, conhecimento de si, conhecimento de outras pessoas, *know-how*, conhecimento moral, conhecimento informado por emoções, atitudes e interesses. Esses sim, na maior parte das vezes generificados, e podendo influenciar as proposições que as pessoas estão dispostas a formar ou aceitar. Epistemólogas feministas destacam a situacionalidade do conhecimento, mas não abraçam um relativismo epistêmico. O que elas fazem é mostrar que as questões por elas levantadas e abordadas não poderiam ser formuladas sem levar em conta o gênero e, portanto, não se enquadram em epistemologias que consideram que a localização social do agente cognitivo é irrelevante. Mas, isso não significa que a Epistemologia Feminista não leve em conta a objetividade.

O foco da epistemologia feminista é como a localização social da/do agente cognitivo afeta o que ela/ele conhece. As localizações sociais de um indivíduo são suas identidades sociais (gênero, raça, orientação sexual, etnia etc.) e papéis e relações sociais (ocupação, filiação partidária etc.). Como nós ocupamos diferentes papéis sociais, que nos conferem diferentes poderes, direitos e obrigações, objetivos e interesses, nós possuímos diferentes identidades sociais. Deste modo, estamos sujeitos a diferentes normas que prescrevem diferentes virtudes, hábitos, emoções e habilidades consideradas apropriadas para esses papéis. Também adquirimos diferentes identidades subjetivas, que ao atrelar-se a grupos sociais podem assumir formas variadas.⁵

Na vida em sociedade, essas identidades podem ser atribuídas pelo grupo, que pode aceitar e reforçar ativamente afirmando as normas e papéis a elas relacionados. Ou podemos negá-las por serem opressivas. No caso de identidades sociais opressivas, ainda é possível que haja uma organização do grupo para comprometer-se com a ação coletiva e superar essa opressão.

O gênero é uma das formas a partir das quais a localização social se apresenta. Nossa sociedade institui papéis de gênero, de modo que os homens são vistos como mais fortes, mais racionais e melhores líderes, e, portanto, faz parte de um papel de gênero

⁵ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

masculino assumir cargos políticos e militares. Há também normas de gênero, que nos orientam sobre nosso comportamento e imagem corporal. Dos homens espera-se que sejam fortes, líderes e que tomem as decisões quando necessário. Das mulheres espera-se que sejam condescendentes, frágeis, cuidadosas, modestas, esbeltas e bem cuidadas. As normas de gênero são adaptadas aos papéis de gênero: espera-se que homens e mulheres se conformem às mesmas para ocuparem seus papéis de gênero.

Há ainda uma divisão entre traços e virtudes de gênero. Os traços psicológicos considerados “masculinos” são aqueles que auxiliam os homens a cumprir as normas de gênero a eles direcionadas, enquanto os traços “femininos” são aqueles que contribuem para que as mulheres cumpram as normas a elas impostas. Os traços “masculinos” são virtudes nos homens e vícios nas mulheres, enquanto os “femininos” são vícios nos homens e virtudes nas mulheres.

Um olhar atento para o gênero como situação social pode nos permitir observar amplas maneiras pelas quais as pessoas conhecem, ou pensam que conhecem, e podem ser influenciadas por seu próprio gênero (papéis, normas, traços, desempenho, identidades), ou pelo gênero de outras pessoas ou por ideias sobre gênero. Vejamos. Um exemplo é a socialização na primeira infância, que capacita os corpos masculinos e femininos para diferentes normas de comportamento. Meninos tendem a ser criados mais livremente, desenvolvendo habilidades motoras, participando de jogos agressivos e mantendo uma postura corporal mais relaxada e informal. Enquanto meninas tendem a ser mais exigidas em relação a aparência e limpeza, tem atividades físicas mais restritas e uma postura mais formal. Essas normas são internalizadas e “informam aos homens e às mulheres o primeiro conhecimento pessoal de como é habitar um corpo”⁶. Uma questão para a Epistemologia Feminista é: até que ponto esses modelos pareceram mais atraentes apenas por corresponderem a modelos dominantes do mundo, que se conformam a uma perspectiva masculina?⁷

A Epistemologia Feminista define uma representação como androcêntrica se representa o mundo a partir de interesses, emoções, atitudes ou valores masculinos. Os interesses “masculinos” são determinados pelos papéis sociais designados para homens, assim um interesse masculino é um interesse que um homem tem, que é constituído a

⁶ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁷ Cf. BORDO, S. *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*, Albany: State University of New York Press, 1987. YOUNG, I. M. *Throwing Like a Girl and Other Essays in Feminist Political Theory*, Bloomington: Indiana University Press, 1990.

partir das normas sociais impostas aos homens e de atitudes consideradas adequadas a eles. Essas atitudes e interesses acabam por compor a estrutura cognitiva daqueles que os possuem. Dentro dos interesses androcêntricos de adolescentes heterossexuais encontramos a classificação de mulheres como “vacas”, “vadias”, avós ou mães. As mulheres são vistas apenas como seres capazes de satisfazer seus desejos sexuais ou servi-los. Já uma representação é ginocêntrica quando representa o mundo a partir de interesses, emoções, atitudes e valores femininos.

As normas de gênero refletem nos resultados das pesquisas, na medida que estruturam diferentemente os espaços sociais em que homens e mulheres são admitidos, e sua representação frente aos outros. Homens e mulheres manifestam de maneira diferenciada sua identidade quando estão sozinhos ou quando estão em companhia de outros homens e mulheres. Deste modo, pesquisadores do sexo masculino ou feminino terão acesso a informações diferentes. Etnógrafos homens podem ser admitidos em espaços sociais em que etnógrafas mulheres não seriam, e vice-versa. E, mesmo quando admitidos nos mesmos espaços sociais, sua presença tem efeitos diferentes sobre os que estão sendo observados. Pesquisas que visam extrair informações através do contato pessoal entre pesquisador/as e os/as sujeitos/as da pesquisa levantam a questão de como as descobertas podem ser influenciadas pelas relações de gênero. Pode-se questionar ainda se as equipes de pesquisa que incluem pesquisadoras mulheres estão em melhor posição para detectar esse fenômeno.

A Epistemologia Feminista também analisa as habilidades que são rotuladas como masculinas ou femininas. Haveria habilidades mais propícias para o desenvolvimento da ciência? E seriam essas habilidades características masculinas? As habilidades consideradas femininas e masculinas pela sociedade são assim qualificadas, pois homens e mulheres precisam delas para desempenhar seus papéis de gênero. Assim, considera-se que as habilidades femininas são mais relacionadas ao cuidado e que as masculinas são mais relacionadas a liderança.

Anderson exemplifica: “é preciso um conhecimento particular das crianças pequenas para saber como consolá-las, um conhecimento particular dos soldados para saber como aumentar sua moral”. Tanto homens, quanto mulheres podem adquirir estas habilidades, mas ainda assim, socialmente, elas são consideradas características de um ou outro gênero. Isso faz com que, muitas vezes, as pessoas se sintam desconfortáveis em desenvolvê-las por associá-las ao gênero oposto, não conseguindo efetivá-las com confiança. Essa incapacidade de se identificar com a tarefa pode prejudicar o

desempenho. Esses fenômenos levantam várias questões para a epistemologia: a concepção socialmente introjetada de que somente homens podem desenvolver certas habilidades científicas, por serem mais “objetivos” e mais “racionais”, interfere na integração das mulheres na ciência? As habilidades “femininas” auxiliam a aquisição de conhecimento científico?⁸

Estilos cognitivos também são genereficados. Considera-se, em geral, que os estilos dedutivo, analítico, acontextual e quantitativo são “masculinos”. Enquanto os estilos intuitivos, sintéticos, holísticos, contextuais e qualitativos são tomados como “femininos”. Os homens são associados a estilos cognitivos mais combativos e competitivos, enquanto as mulheres são associadas a estilos mais sedutores, que excitam a imaginação e os sentimentos. Esses fenômenos levantam inúmeras questões epistemológicas: “a busca pelo prestígio “masculino” pelo uso de métodos “masculinos” distorce as práticas de aquisição de conhecimento?”⁹

Alguns tipos de pesquisa sólida são injustamente ignorados por causa de sua associação com estilos cognitivos “femininos” (Keller 1983, 1985)? Os estilos cognitivos “femininos” produzem conhecimento que é inacessível ou mais difícil de alcançar por meios “masculinos” (Duran, 1991; Rose, 1987; Smith, 1974)?”. Homens e mulheres representam o mundo em termos diferentes, em virtude de seus interesses, atitudes, emoções e valores de gênero, e essas diferenças criam diferentes crenças de base e diferentes visões de mundo. “Esquemas de representação que são funcionais para diferentes papéis de gênero e atitudes de gênero tornam diferentes tipos de informações importantes”¹⁰ para homens e mulheres. Por exemplo, as mulheres tendem a notar mais a sujeira na casa, pois é seu papel de gênero mantê-la limpa. Enquanto os homens tendem a reconhecer sinais de que o carro não está em seu perfeito funcionamento, pois esse é seu papel. Do mesmo modo, essas crenças e visões de mundo podem fazer com que homens e mulheres interpretem as mesmas informações de maneiras diferentes. Um

⁸ Cf. KELLER, E.f. *A Feeling for the Organism*, San Francisco: W.H. Freeman, 1983; KELLER, E.f. *Reflections on Gender and Science*, New Haven: Yale University Press, 1985; ROSE, H. *Hand, Brain, and Heart: A Feminist Epistemology for the Natural Sciences*. In: HARDING, S.; O'BARR, J. *Sex and Scientific Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press, 1987; RUETSCHKE, L. “Virtue and Contingent History: Possibilities for Feminist Epistemology”, *Hypatia*, 19(1): 73-101, 2004; SMITH, Dorothy. *Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology*. *Sociological Inquiry*, 44: 7-13, 1974.

⁹ ADDELSON, K. *The Man of Professional Wisdom*. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill (eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and the Philosophy of Science*, Dordrecht: D. Reidel, 1983.

¹⁰ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

homem pode interpretar o sorriso de uma mulher às suas investidas como um sinal de abertura, quando na verdade, outra mulher seria capaz de identificar que se trata de uma reação educada à atenção indesejada.

Homens e mulheres interpretam as informações a partir de suas crenças de base, que são formadas por normas, papéis e valores de gênero. No exemplo acima, podemos recordar do desenvolvimento da linguagem corporal em homens e mulheres, e como ela é generificada (meninas mais propensas a jogos moderados e a brincadeiras mais tranquilas, meninos mais propensos a jogos agressivos e mais livres para decidir como se movimentar e atuar). Então, entendemos porque seguidamente os homens não conseguem perceber que estão sendo desagradáveis, e até abusivos e assediadores. “As fenomenologias corporais de homens e mulheres são diferentes - a maioria dos homens não tem o hábito de sorrir como uma defesa contra a atenção indesejada das mulheres - o homem pode imaginar narcisicamente o sorriso como relaxado e espontâneo, enquanto a mulher pode suspeitar que seja forçado”¹¹.

As questões epistemológicas que esses fenômenos levantam são: existem impedimentos epistêmicos que não possibilitam que os homens saibam quando estão estuprando ou assediando mulheres sexualmente? As instituições jurídicas reconhecem isso, na medida em que limitam seu pensamento dentro de uma perspectiva “masculina”?¹² As crenças de base sexistas que os cientistas possuem fazem com que eles criem teorias sexistas sobre as mulheres, apesar de sua adesão a métodos científicos objetivos?¹³ As epistemólogas feministas defendem que as diferenças de gênero na produção do conhecimento e nas crenças de base podem ser reduzidas se homens e mulheres trabalharem juntos no processo de investigação. Cada gênero pode ouvir o testemunho do outro por meio da experiência direta. Pode também exercitar a projeção imaginativa para melhor compreensão da perspectiva do outro gênero.

O problema é que as normas de gênero dificultam a comunicação entre homens e mulheres. Em muitos contextos, as mulheres não podem se expressar adequadamente, são constantemente interrompidas, sua palavra é desconsiderada, suas ideias são

¹¹ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

¹² MACKINNON, C. *Toward a Feminist Theory of the State*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

¹³ Cf. HARDING, S. *The Science Question in Feminism*, Ithaca: Cornell University Press, 1986.; HARDING, S., O'BARR, J. (eds.). *Sex and Scientific Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press, 1987; HUBBARD, R. *The Politics of Women's Biology*, New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1990.

ridicularizadas e seus posicionamentos não são aceitos como os de uma especialista. Normas de gênero influenciam na atribuição de autoridade epistêmica, e comprometem a capacidade das práticas epistêmicas de incorporar o conhecimento e a experiência de homens e mulheres em seus processos de descoberta e justificação. Em decorrência disso, são questões bastante relevantes para Epistemologia Feminista: como as normas de gênero distorcem a disseminação de testemunhos e as relações de autoridade epistêmica¹⁴? E como as relações sociais dos pesquisadores poderiam ser repensadas, em termos de autoridade epistêmica, de modo a permitir práticas de investigação mais bem-sucedidas¹⁵?

3 Atribuição Distorcida de Autoridade Epistêmica e suas Implicações

Epistemólogas feministas destacam o aspecto colaborativo do processo de pesquisa e sua dependência do testemunho. Isso significa que o que acreditamos ou desacreditamos é influenciado pelas pessoas em quem nós acreditamos ou não acreditamos, fenômeno que depende de atribuições de autoridade epistêmica. A atribuição de autoridade epistêmica deve ser condicionada a competência, perícia, responsabilidade epistêmica e confiabilidade das pessoas¹⁶. Tradicionalmente, o sujeito epistêmico foi concebido a partir de uma perspectiva individualista. O debate sobre o testemunho iniciou-se no Iluminismo, mas o testemunho foi considerado fonte de erro, a concepção de autoridade foi questionada, sendo o argumento de autoridade considerado uma falácia. Coady¹⁷ aponta que desde o Iluminismo se tem valorizado a autonomia do indivíduo nos mais diversos aspectos (político, social, econômico) e que isso pode ter influenciado fortemente para que Teorias do Conhecimento destacassem a autonomia em detrimento do viés social de construção e aquisição de conhecimento.

¹⁴ Cf. ADDELSON, K. *The Man of Professional Wisdom...*; FRICKER, M. *Epistemic Injustice*, Oxford: Oxford University Press, 2007; CODE, L. *What Can She Know?*, Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

¹⁵ Cf. JONES, K. *The Politics of Credibility*. In: ANTONY, L.; WITT, C. (eds.) *A Mind of One's Own: Feminist Essays on Reason and Objectivity*. 2 ed. Boulder: Westview, 2002, p. 154–176. LONGINO, H. E. *Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry*, Princeton: Princeton University Press, 1990; NELSON, L. H. *Who Knows: From Quine to a Feminist Empiricism*, Philadelphia: Temple University Press, 1990; NELSON, L. H. *Epistemological Communities*. In: LINDA, A.; POTTER, E. (eds.) *Feminist Epistemologies*, New York: Routledge, 1993, p. 121-159.

¹⁶ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

¹⁷ COADY, C. *Testimony: A Philosophical Study*. Oxford University Press: Oxford, 1992.

Um olhar histórico pode auxiliar a compreender a forma como o testemunho é concebido na Epistemologia Analítica Contemporânea de cunho social. A definição de conhecimento de Platão, que deu origem a definição de conhecimento aceita pela tradição epistemológica não estava considerando testemunho como fonte de conhecimento, porque estava concebendo um tipo de entendimento teórico sistemático, como o conhecimento matemático. Esse tipo de conhecimento exige que o sujeito compreenda por ele próprio as conexões entre as coisas, e que forneça provas, ou explicações. De modo que a própria definição utilizada pela Epistemologia Tradicional descarta o testemunho como fonte de conhecimento genuíno. Recentemente, em Epistemologia Social tem-se defendido que testemunho é fonte de conhecimento como percepção, memória e inferência. Testemunho pode ser compreendido de duas formas: como algo através do qual se deriva conhecimento, ou como uma capacidade epistêmica. Nesse último caso, nós aprendemos a partir do testemunho, neste sentido ele é uma capacidade cognitiva como a memória, a percepção e a inferência.

Entretanto, há uma diferença bastante relevante entre o testemunho e outras fontes de conhecimento. Aprender por testemunho é uma capacidade cognitiva, mas também uma capacidade essencialmente social. Envolve, pelo menos, duas pessoas, diferente de outras fontes de conhecimento que são solitárias. Conhecimento adquirido através de testemunho implica em não estar atingindo a minha própria conclusão das coisas. Isso não significa que eu esteja simplesmente adotando cegamente a conclusão do outro, mas eu também não estou fiando-me (*relying*) unicamente em minhas próprias capacidades cognitivas¹⁸. Testemunho é empreendimento cooperativo, adquire-se conhecimento através de uma relação de cooperação. Alguns autores têm destacado a influência das relações sociais nas relações de confiança no testemunho. O principal destaque é para como relações de poder acabam influenciando relações de autoridade epistêmica. Defende-se que nossa forma de identificar bons informantes¹⁹ pode ser

¹⁸ MCMYLER, B. *Testimony, Trust and Authority*. Oxford University Press: Oxford, 2011, p. 12.

¹⁹ Conforme CRAIG, E. *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis*. Oxford University Press: Oxford, 1990, um bom informante é uma pessoa que possui crenças verdadeiras sobre o assunto em questão e crê na informação se ela for verdadeira. E, além disso, possui alguma propriedade que aquele que busca a informação seja capaz de detectar. O bom informante deve ser identificável. Ele não apenas oferece a informação, mas especialmente, compreende o porquê alguém necessita dela. É isso que distingue o informante da mera fonte de informação. Meras fontes de informação não possuem essa capacidade.

influenciada por preconceitos, manipulada pelos interesses de informantes mal intencionados e podem mudar através do tempo e do espaço.

Existem diferenças relevantes entre relações de poder e de autoridade. A diferença fundamental entre relações de poder e de autoridade é que poder é uma influência sobre a pessoa, que se exerce sem o consentimento dela, através de um controle de suas emoções ou de outras formas que tem em comum a incapacidade da pessoa rejeitar tal influência. Já relações de autoridade são influências que se exercem mediante o consentimento da pessoa, que tem um respeito consciente e reflexivo pelas opiniões, planos, crenças ou desejos daquele a quem concede autoridade. Em uma relação de autoridade epistêmica existem razões epistêmicas para confiar no testemunho, pode ser pelas crenças de base do sujeito que testemunha, porque ele é especialista na área, ou ainda, em uma perspectiva antireducionista, porque estamos justificados a confiar em qualquer pessoa, ao menos *prima facie*. Seja qual for a concepção de relações de autoridade elas são influências exercidas sobre alguém com o consentimento dessa pessoa.

Relações de autoridade podem dizer respeito à influência que se exerce sobre crenças de outra pessoa, ou sobre suas ações. Autoridade pode ser compreendida em dois sentidos, um político e outro epistêmico. No sentido político, uma pessoa ocupa uma posição que o intitula a tomar decisões sobre como outras pessoas devem se comportar. No sentido epistêmico, são as declarações da pessoa que são intituladas credíveis²⁰. Qualquer que seja o caso de autoridade ele exige uma justificação de legitimidade²¹.

Já relações de poder são influências que se exercem sem o consentimento do outro, através de um controle de suas emoções, por exemplo. A principal diferença entre relações de poder e relações de autoridade é que no caso da primeira a pessoa que sofre a influência não pode rejeitá-la, já a segunda ocorre mediante o consentimento do outro. É verdade que em muitos contextos relações de poder podem influenciar fortemente relações de autoridade, entretanto faz-se necessário salientar que se trata de duas coisas diferentes. Em seu artigo *Trust, Authority and Epistemic Responsibility*, Gloria Origgi (2008) traz o exemplo do dossiê inglês de setembro de 2002 sobre o Iraque. O fato de que Collin Powel pode ter usado evidência superficial para justificar a necessidade de um

²⁰ Cf. FRIEDMAN, R. B. On the Concept of Authority in Political Philosophy. In: RAZ, J. (ed.). *Authority*. New York University Press, New York, 1990.

²¹ ORIGGI, G. What Does it Mean to Trust in Epistemic Authority? *7th Annual Roundtable of Philosophy of Social Science Barnard College*, Columbia, New York, 2005.

ataque contra o Iraque foi concebido como falta de responsabilidade moral e epistêmica. Para Origgi (2008), esse é um exemplo esclarecedor de como a relação entre autoridade política e autoridade epistêmica, em sociedades democráticas, é estreito.

Miranda Fricker²² defende que a posição social do sujeito influencia quando se concede confiança. Segundo a autora, pode-se considerar alguém fidedigno pelo simples fato de esta pessoa possuir uma posição de prestígio no meio em que vive. A isso ela nomeia *mera credibilidade (mere credibility)*. Possuir mera credibilidade é diferente de possuir credibilidade e autoridade racional. Miranda Fricker (1998) defende que um bom informante é alguém que possui ambos, autoridade racional e credibilidade. Alguém que é fidedigno (*trustworthy*) e competente (*competent*) tem autoridade racional, e se possuir as propriedades indicadoras dessas características possui credibilidade (*credibility*). Mas mera credibilidade é diferente de credibilidade, significa que o sujeito nem é confiável, nem competente, mas por algum motivo lhe estão concedendo autoridade. Annette Baier²³ defende que a própria linguagem corporal que o sujeito utiliza pode influenciar para se conceder confiança. Por considerar que fatores como esses possam intervir, muitos teóricos consideram que as razões para confiar não são todas acessíveis ao sujeito. Em função disso, oferecem propostas externalistas, segundo as quais confiança está justificada na medida em que é formada e sustentada por métodos fiáveis. Essa versão de externalismo assume a mesma perspectiva do confiabilismo goldmaniano.

Entretanto, a abordagem externalista também apresenta problemas. Uma das objeções mais básicas, que emergem rapidamente da proposta é que a pessoa que confia não tem qualquer boa razão para apelar em circunstâncias nas quais se sente demasiado vulnerável em relação àquele em quem confia. Parece que a abordagem deixa a desejar no sentido de que por vezes queremos sentir segurança em relação àquelas pessoas em quem depositamos nossa confiança. Queremos poder avaliar se elas são, de fato, fidedignas. E o externalismo parece inviabilizar essa possibilidade.

Para resolver o antagonismo internalismo/externalismo alguns filósofos simplesmente forneceram uma lista de “justificadores²⁴” comuns de confiança que se pode levar em conta para decidir quando confiar²⁵. Dentre os justificadores citados acima,

²² FRICKER, M. Rational Authority and Social Power: Towards a Truly Social Epistemology. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 19(2), p. 159-77, 1998.

²³ BAIER, A. C. Trust and Antitrust. *Ethics*, 96, p. 231-60, 1986

²⁴ Características capazes de justificar a concessão de confiança.

²⁵ MCLEOD, C. Trust. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/trust/>. Acesso em: 20 out. 2011.

o clima social e político em que a confiança ocorre tem sido o principal foco dos epistemólogos. Segundo Baier²⁶ um ambiente virtuoso²⁷ tende a difundir a fidedignidade entre as pessoas, pois a presença de outras virtudes aumenta a relação de confiança. Do mesmo modo, a autora destaca que sociedades democráticas tendem a viabilizar a confiança, enquanto regimes autoritários (ditatoriais) acabam por tornar as pessoas irracionais, para que continuem confiando em seus opressores.

Steven Shapin²⁸ demonstra as influências do ambiente político na concessão²⁹ de confiança partindo de um exemplo histórico. Na Inglaterra do século XVII, o testemunho do cavaleiro sempre prevalecia sobre o do não cavaleiro e sobre o das mulheres. A concessão de confiança nas práticas científicas era determinada pela cultura cavaleiresca, e isso influenciou fortemente os padrões do discurso científico da Academia Real Britânica. A partir desta análise o autor pretende demonstrar a inseparabilidade entre a concessão de confiança e o poder social. Mas neste exemplo nota-se uma influência negativa do ambiente político, que tende a deturpar a concessão de confiança.

Miranda Fricker³⁰ também busca demonstrar que a concessão de confiança epistêmica não é neutra, nem livre de influências sociais. Entretanto, tenta apresentar uma alternativa que não limite a confiança a estas influências, apelando para conceitos da Filosofia Política e estabelecendo a partir desses conceitos critérios de avaliação para concessão de confiança epistêmica. Para Miranda Fricker o conhecimento é um bem coletivo. Os seres humanos têm necessidade de adquirir crenças verdadeiras, e para isto precisam de bons informantes, que os auxiliem neste empreendimento.

Edward Craig, em seu livro *Knowledge and the State of Nature*, é o primeiro a utilizar o conceito de bom informante. As pessoas necessitam de crenças verdadeiras para guiar suas ações no ambiente em que vivem, para adquirirem crença verdadeira necessitam de fontes de informação. Craig pressupõe um estado de natureza onde seres humanos necessitem sobreviver, nesse estado a busca por crenças verdadeiras é motivada

²⁶ BAIER, A. C. Trust and Antitrust. *Ethics*, 96, p. 231–60, 1986.

²⁷ Para Annette Baier um ambiente virtuoso é um no qual prosperam o cuidado e a boa vontade para com os outros.

²⁸ SHAPIN, S. *A Social History of Truth*. Chicago University Press: Chicago, 1994.

²⁹ Concessão é o ato ou efeito de conceder. Conceder: fazer com que se torne disponível; oferecer permissão, permitir; admitir como possibilidade. Considera-se o termo adequado quando se trata de confiança: conceder confiança a outrem; A concede confiança a B para X.

³⁰ FRICKER, M. Rational Authority and Social Power...

pela utilidade em alcançar bons resultados práticos. Ações motivadas por crenças verdadeiras têm grande probabilidade de serem bem-sucedidas, enquanto aquelas motivadas por crenças falsas apresentam risco elevado de darem errado.³¹

O ser humano possui recursos cognitivos que o auxiliam no reconhecimento do ambiente que o rodeia, mas outras pessoas podem ter tido experiências que nós não tivemos, e essas experiências podem nos auxiliar a ser bem-sucedidos em nossa vida diária. Podemos formar muitas de nossas crenças com base em nossos próprios recursos cognitivos, mas apesar disso parece difícil conceber nossa vida sem as informações oferecidas por outras pessoas. Entretanto, quando aceitamos essas fontes de informação elas precisam ser avaliadas. Nós não queremos apenas informantes, mas bons informantes.

Craig conceitua bom informante como alguém que crê em uma informação se ela for verdadeira, mas mais do que isso o bom informante precisa possuir uma propriedade que aquele que busca a informação seja capaz de detectar. É preciso um critério para distinguir bons e maus informantes, o bom informante deve poder ser reconhecido como tal. Segundo Craig informante não é apenas um fornecedor de informação, mais do que isso é alguém que entende porque o outro precisa da informação. É isso que diferencia o informante de outras fontes de informação, fontes de informação não podem identificar e compreender o que aquele que busca a informação quer. As características essenciais do bom informante são: ser competente, cooperativo, acessível e ter propriedades que permitam identificá-lo. A competência se caracteriza pela capacidade de crer na informação verdadeira, estar provavelmente certo sobre a informação, e ser fidedigno sobre o assunto em questão.

O bom informante é cooperativo, ele pode oferecer mais informações do que as solicitadas, que o receptor nem sabia que necessitava. Trata-se de uma relação na qual uns tratam aos outros como sujeitos e tem o objetivo comum de obter crenças verdadeiras. Craig também destaca a necessidade de acessibilidade, deve haver canais de comunicação acessíveis entre o informante e o receptor da informação. E, por fim, que o informante possa ser reconhecido como bom informante. Ele deve ser reconhecido como alguém que provavelmente está certo sobre o que está afirmando. Um problema que pode ser levantado refere-se à capacidade das pessoas para detectarem bons informantes. Alguém

³¹ CRAIG, E. *Knowledge and the State of Nature...*

pode não ser capaz de detectar as capacidades do bom informante adequadamente, mesmo que ele possua essas propriedades. Assim, poder-se-ia objetar que as características de um bom informante deveriam ser acessíveis para todos. Craig defende que isso não é necessário, basta que estas características sejam detectáveis para alguém.³²

Miranda Fricker também sugere que bons informantes devem ser competentes, fidedignos e ter propriedades indicadoras de um bom informante. Ser competente significa que um informante deve acreditar que *p* se *p* é o caso, e não acreditar que *p* se não *p* é o caso. Para que um informante seja fidedigno, deve haver um canal de comunicação aberto entre ele e a pessoa a quem ele informa; ambos devem falar a mesma linguagem. O que é requerido para que o informante seja fidedigno varia de contexto para contexto, podendo exigir-se mais ou menos. As propriedades indicadoras são sinal da presença de fidedignidade e competência em um informante. Entretanto, a autora salienta que alguém pode ter autoridade epistêmica e não ser reconhecido como tal, devido a posição que ocupa na sociedade. Pode também acontecer de alguém ser reconhecido como autoridade e não sê-lo, ao que Miranda Fricker nomeia *mera credibilidade*. O fato de darmos credibilidade a alguém não garante que esta pessoa possua autoridade epistêmica. E, pode haver casos em que negamos credibilidade a quem a possui.³³

Conhecimento representa poder no mundo social, e em virtude disto, para adquirir o que este poder proporciona alguém pode fingir deliberadamente ser um especialista em um assunto que na verdade desconhece. Assim, Miranda Fricker demonstra que as condições que ela propõe para identificar bons informantes podem ser “inocentemente falíveis” ou mesmo “vulneráveis à corrupção individual deliberada”. Há uma norma de credibilidade (*norm of credibility*), utilizada para distinguir entre bons e maus informantes, segundo a qual a confiança epistêmica será atribuída apenas àqueles informantes que possuem propriedades indicadoras relevantes. Mas, nas práticas sociais a concessão de confiança epistêmica é influenciada por relações de poder. Alguém pode ser considerado autoridade epistêmica pelo fato irrelevante de ter nascido em uma família de posses, por exemplo. Relações de poder podem corromper a norma de credibilidade.³⁴

³² CRAIG, E. *Knowledge and the State of Nature...*

³³ FRICKER, M. *Rational Authority and Social Power...*

³⁴ A norma de credibilidade determina quem será escolhido como bom informante, determina que se deve conceder autoridade racional apenas aqueles informantes potenciais que possuem as propriedades indicadoras relevantes. FRICKER, M. *Rational Authority and Social Power...*, p. 167-168.

As relações sociais de poder colocam alguns em situação privilegiada, e outros em situação de impotência, em que nada podem fazer frente às injustiças. Assim também com a formação e aquisição de conhecimento, aqueles que estão em situação de poder têm acesso facilitado ao conhecimento, em contrapartida, os impotentes nem podem acessá-lo, nem podem protestar ao ver o acesso e a concessão de autoridade epistêmica serem-lhes negadas, pois lhes falta credibilidade para fazê-lo.

Esta impotência frente às práticas epistêmicas pode levar alguém a enganar deliberadamente os outros, e se passar por autoridade epistêmica para ter acesso aos privilégios dos que detêm o poder. Mas para além de se o embuste ocorre de fato, pessoas em situação de impotência são, na maior parte das vezes, colocados sob suspeita, pois a eles não se concede credibilidade. A credibilidade é privilégio dos poderosos, nas diferentes formas que o poder pode assumir nas sociedades. Na nossa sociedade há uma pressão social exercida sobre a norma de credibilidade, que a tenciona a reproduzir relações sociais de poder, de tal forma que as práticas epistêmicas acabam por repercutir as injustiças presentes na sociedade, gerando o que Fricker³⁵ nomeia *injustiça epistêmica*. A injustiça epistêmica é uma pressão sobre a norma de credibilidade, que imita as estruturas de poder social corrompidas, concedendo, muitas vezes, arbitrariamente, autoridade racional aos poderosos e negando-a aos impotentes.

O fenômeno de injustiça epistêmica consiste em atribuir credibilidade aos poderosos, pelo simples fato de serem socialmente privilegiados (*a mera credibilidade*), e negligenciar (negar erroneamente) credibilidade aos impotentes, apenas por serem socialmente desprivilegiados. Para Miranda Fricker³⁶ “a norma de credibilidade é uma norma fundamental de qualquer prática epistêmica”, pois é a partir dela que se atribui autoridade epistêmica a alguém. Mas, se as propriedades indicadoras (as quais indicam um bom informante) tendem a repercutir nas práticas epistêmicas o processo discriminatório inerente a nossa sociedade, pode-se afirmar que o conhecimento mantém sua objetividade e neutralidade? Como estabelecer condições que superem esta parcialidade que constitui o conhecimento em favor de alguns e em detrimento de outros, sem cair no erro de ignorar a influência das práticas sociais em nossas práticas epistêmicas?

³⁵ FRICKER, M. Rational Authority and Social Power...

³⁶ FRICKER, M. Rational Authority and Social Power..., p. 172.

Goldman³⁷ sugere uma avaliação veritativa das práticas epistêmicas. Segundo Goldman, há um valor em ter crenças verdadeiras, ao invés de crenças falsas, ou mesmo nenhuma crença, o que ele chama de *valor veritativo*. O autor sugere, então, que se faça uma medição do valor veritativo de nossas práticas epistêmicas. A avaliação veritativa visa estimar os impactos de práticas atuais e futuras e sua contribuição para aquisição de crenças verdadeiras, em contrapartida a crenças falsas. O autor propõe que mesmo que a verdade não desempenhe um papel explanatório quando se leva em conta as dimensões sociais do conhecimento, ela pode desempenhar um papel regulativo. Segundo Goldman³⁸, é possível demonstrar estatisticamente que uma prática tem certas propriedades veritativas, (Propriedades orientadas para verdade) quando ela leva a muitas crenças verdadeiras e nenhuma, ou poucas crenças falsas. E, pode-se, da mesma forma, abandonar uma prática por julgá-la veritativamente insatisfatória, quando há evidências de que ela leva a mais crenças falsas do que a crenças verdadeiras.

Entretanto, segundo Miranda Fricker, não há como negar que a identidade social e as relações de poder influenciam em quão veritativa é uma dada prática epistêmica. A autora afirma que “para cada informante potencial a partir de quem um conjunto discriminatório de propriedades indicadoras (injustamente e ofensivamente) negam credibilidade, há verdades que poderiam ter e teriam sido transmitidas, mas não foram. Em tais casos, o informante potencial é epistemicamente discriminado, e a injustiça envolve uma falha veritativa”. A avaliação veritativa de nossas práticas epistêmicas não pode ignorar as questões sociais que permeiam tais práticas, ou ficará suscetível à discriminação epistêmica, que pode se tornar um fator decisivo para quão veritativa uma prática será.³⁹

Mas, quais alternativas nos restam frente a esta influência dos fatores sociais para concessão de confiança? Como conceder corretamente confiança a alguém, se podemos ser influenciados pelo poder social dessa pessoa, concedendo-lhe *mera credibilidade*? Estarão corretas as visões pós-modernistas segundo as quais o conhecimento é completamente regulado pelo poder social? Miranda Fricker demonstra que as visões pós-modernistas estão equivocadas, apelando para os seres humanos em estado de natureza, onde a aquisição de crenças verdadeiras é uma questão de

³⁷ GOLDMAN, A. *Epistemology and Cognition*. Harvard University Press: Cambridge, 1986.

³⁸ GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. Oxford University Press: Oxford, 1999.

³⁹ FRICKER, M. *Rational Authority and Social Power...*, p. 173.

sobrevivência. Adquirir crenças verdadeiras é uma necessidade fundamental sem a qual os seres humanos não teriam sobrevivido; isso os levou a buscar bons informantes.⁴⁰

Segundo Miranda Fricker, pode haver propriedades indicadoras que nos auxiliem a conceder autoridade epistêmica a alguém, mas temos que estar atentos, pois as relações sociais podem nos influenciar a conceder *mera credibilidade*, apenas por conta do poder social daquela pessoa. Em contrapartida, pode-se negar credibilidade a alguém por conta de sua identidade social, e desta forma despojá-lo de seu *status* de conhecedor. Miranda Fricker defende que as avaliações veritativas das práticas epistêmicas, propostas por Goldman, devem e podem auxiliar na concessão de autoridade epistêmica, “mas elas devem ser sensíveis a efeitos antiveritativos que relações de poder podem ter, via sua possível influência sobre a norma de credibilidade”. A autora salienta a importância de introduzir um padrão político que possibilite a distinção de casos em que há *injustiça epistêmica*: “a epistemologia não será verdadeiramente socializada até que tenha sido apropriadamente politizada”⁴¹.

A proposta apresentada pela filósofa apela para conceitos da Filosofia Política quando consideramos confiança epistêmica. Ela busca formular critérios epistêmicos, (tais como a identificação de bons informantes via norma de credibilidade) mas salienta que não é possível desconsiderar as dimensões sociais do conhecimento. Deste modo, conceder autoridade seria racional quando observássemos a competência, que seria o critério epistêmico, e a fidedignidade do informante. A questão é: o que determina a fidedignidade? O que determina que o sujeito é digno de confiança? Buscamos uma definição epistêmica de confiança, mas parece impossível defini-la apenas a partir de termos epistêmicos. Os diversos autores abordados apresentam critérios que se mesclam, temos alguns elementos epistêmicos, mas junto a eles aparecem aspectos sociais, políticos, morais.

As epistemologias feministas voltam a atenção exatamente para as formas como gênero e outras relações sociais hierárquicas (classe, raça etc.), influenciam nas atribuições de autoridade epistêmica. Consideram o impacto destas influências em modelos gerais de conhecimento; na posição epistêmica dos/as conhecedores/as; nas afirmações que comunidades epistêmicas aceitam e devem aceitar como críveis; e em como isso afeta a distribuição do conhecimento na sociedade. Assim, assumem que

⁴⁰ FRICKER, M. Rational Authority and Social Power..., p. 173.

⁴¹ FRICKER, M. Rational Authority and Social Powee..., p. 174.

alguns desses efeitos constituem injustiça epistêmica contra membros de grupos subordinados⁴².

Estereótipos de gênero sobre autoridade epistêmica podem distorcer nossos modelos gerais de conhecimento. Para Code, o modelo central de conhecimento proposicional admitido pela epistemologia analítica contemporânea pressupõe implicitamente um agente cognitivo do sexo masculino. O que se considera em epistemologia analítica quando se analisa a fórmula “S sabe que P” são proposições sobre objetos independentes da mente prontamente observáveis. Deste modo, estipula-se um modelo de agente cognitivo como emocionalmente desapegado, impessoalmente orientado para coisas e não para as pessoas, e com uma postura “objetiva” em relação ao objeto do conhecimento, características que são simbolicamente masculinas e estereotipicamente atribuídas aos homens. E, na medida em que representamos a masculinidade e a feminilidade como naturalmente excludente, negamos implicitamente a autoridade epistêmica às mulheres, por serem agentes cognitivos emocionalmente comprometidos e incapazes de objetividade. Code defende que devemos tomar o conhecimento de outras pessoas como modelo primário de conhecimento, ao invés de nos focarmos no conhecimento de coisas. Isso porque o conhecimento em segunda pessoa questiona a masculinidade implícita dos agentes cognitivos, já que conhecer os outros normalmente requer intimidade, diálogo, empatia, características culturalmente associadas ao gênero feminino.⁴³

A proposta de Code abriu caminho para o questionamento sobre a dependência que o conhecimento proposicional tem do conhecimento de pessoas. Essa dependência é evidente na antropologia, onde os pesquisadores se deparam com um mundo completamente estranho, o qual inicialmente lhes falta recursos conceituais para interpretar. É pressuposto na Antropologia o cultivo de relações pessoais de confiança com informantes nativos, só assim torna-se possível obter acesso ao conhecimento situado dos nativos e de suas culturas. Deste modo, torna-se necessário refletir sobre as diferenças de poder, interesse e situação social entre antropólogo e seus informantes. Essas diferenças podem influenciar o testemunho gerado pelas interações pessoais ou mesmo a interpretação que o antropólogo realiza. Epistemólogas feministas questionam

⁴² ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁴³ CODE, Lorraine. Is the Sex of the Knower Epistemologically Significant? *Metaphilosophy*, 12: 267–276, 1981.

modelos de testemunho como uma transmissão transparente e unidirecional de informação objetiva, ao invés disto, destacam características empáticas, estratégicas e dialógicas do testemunho⁴⁴.

O caso da antropóloga Margareth Mead explicita bem essa dimensão empática, estratégica e dialógica do testemunho. Realiza uma pesquisa de campo sobre a sexualidade dos polinésios, abordando em particular a perspectiva da liberdade sexual entre meninas adolescentes. Depois de lançar seu estudo é questionada por Derek Freeman, forte crítico do movimento culturalista do qual Mead fazia parte. Segundo Freeman, as adolescentes de Samoa, entrevistadas por Mead, reforçaram o estereótipo ocidental de que havia liberdade sexual entre adolescentes na ilha, mais do que existia na realidade, “pregando uma peça” na jovem antropóloga. Assim, Freeman questiona o valor do conhecimento produzido por Mead. Mas, poderíamos questionar se as adolescentes não se sentiram mais à vontade para falar de sua sexualidade com uma mulher do que com um homem, por exemplo.

Epistemólogas feministas questionam ainda o quanto grupos dominantes podem conceder autoridade epistêmica de modo a retê-la dentro do grupo, reforçando estereótipos estigmatizantes aos subordinados, taxando-os de incompetentes ou desonestos. Dominantes podem, implicitamente, reforçar como critérios para atribuição de autoridade epistêmica características que são estereotipicamente ligadas a seu grupo e consideradas inexistentes nos grupos subordinados. Como exemplo podemos citar o estereótipo do negro preguiçoso, ou de características ligadas ao corpo e a natureza como sendo as virtudes dos negros, enquanto o campo da cultura e da intelectualidade é ligada aos brancos.

Dominantes acumulam oportunidades para obter acesso a esses critérios, enquanto os negam aos subordinados, como exemplo podemos citar o acesso ao ensino superior. Essas práticas distorcidas de atribuição de autoridade epistêmica ocasionam injustiça epistêmica contra membros de grupos subordinados, enfraquecendo sua capacidade de participar da investigação colaborativa. É o que Fricker⁴⁵ nomeia *injustiça testemunhal*. Injustiça testemunhal está diretamente ligada a não atribuição de credibilidade em função de preconceitos contra o grupo social a que a pessoa pertence.

⁴⁴ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁴⁵ FRICKER, M. *Epistemic Injustice*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

Dotson⁴⁶ distingue dois tipos de injustiça testemunhal, o silenciamento e o sufocamento. O silenciamento ocorre quando negamos ou desprezamos injustamente o testemunho do falante, devido a um preconceito sistemático contra a identidade social do falante. O sufocamento ocorre quando o falante silencia ou limita seu testemunho por considerar que o ouvinte pode ignorá-lo ou entendê-lo mal, em função de preconceito, e que isso pode ser prejudicial para seu grupo identitário. Por exemplo, mulheres negras, vítimas de violência doméstica relutam em testemunhar aos brancos sobre isso, porque seu testemunho pode reforçar preconceitos brancos contra os homens negros⁴⁷. Hookway⁴⁸ chama atenção para um tipo de injustiça análoga à injustiça testemunhal, que se expressa em práticas que excluem as pessoas de participar de investigações de maneira mais geral. Quando deixamos de levar a sério as perguntas, hipóteses, ou objeções de alguém por causa de estereótipos preconceituosos em relação a essa pessoa, isso também é uma injustiça. Isso fere o falante não como agente cognitivo, mas como investigador.

Outro tipo de injustiça epistêmica é a que Fricker⁴⁹ denomina *injustiça hermenêutica*. A injustiça hermenêutica ocorre quando os recursos interpretativos disponíveis a uma comunidade tornam as experiências de uma pessoa ininteligíveis, devido à marginalização epistêmica dessa pessoa ou de seu grupo social da participação em práticas de construção de significado. Anderson⁵⁰ exemplifica esse tipo de injustiça: por muito tempo mulheres foram taxadas de mal-humoradas ou hipersensíveis por se ofenderem com piadas, investidas ou elogios grosseiros, pois o conceito de assédio sexual não estava disponível para nomear corretamente este tipo de atitude advinda dos homens. Isso ocorria porque as mulheres não podiam construir significados a partir de suas perspectivas, de modo a tornar inteligível suas experiências.

Para Mason⁵¹ as comunidades marginalizadas podem desenvolver recursos hermenêuticos dentro dos quais sua opressão é entendida como tal. Mas, ainda estariam submetidas a injustiça hermenêutica se a comunidade dominante não considerar estes recursos, negando autoridade epistêmica aos marginalizados e sustentando sua ignorância

⁴⁶ DOTSON, K. Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing. *Hypatia*, 26(2): 236–257, 2011.

⁴⁷ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁴⁸ HOOKWAY, C. Some Varieties of Epistemic Injustice: Reflections on Fricker”, *Episteme*, 7: 151–63, 2010.

⁴⁹ FRICKER, M. *Epistemic Injustice*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁵⁰ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁵¹ MASON, R. Two Kinds of Unknowing. *Hypatia*, 26(2): 294–307, 2011.

através do cultivo de seus próprios recursos hermenêuticos inadequados. Se essa ignorância for intencional, ou seja, o sujeito deliberadamente não se esforça para combatê-la, Dotson⁵² a denomina como *injustiça contributiva*. Injustiça contributiva é a manutenção intencional de recursos hermenêuticos inadequados, que prejudicam a captação de recursos que os oprimidos desenvolveram para dar sentido à sua experiência.

Trabalhos recentes em epistemologia social, consideraram a ignorância um importante tema de estudo, por seus padrões sistemáticos e causas sócio estruturais. Epistemólogas feministas ligaram a ignorância à injustiça epistêmica. Injustiças de acordo com os *status* das pessoas como agentes cognitivos ou investigadores gera ignorância sistemática e prejudica os interesses de grupos subordinados. Muitas vezes a ignorância envolve esquecer ou suprimir alguns fatos a que se tem acesso.

Anderson menciona conhecimentos sobre anatomia e função do clitóris no prazer sexual. Outro exemplo poderia ser a invisibilidade da sexualidade lésbica, visto que muitas lésbicas relatam ouvirem de ginecologistas que não precisam realizar o exame preventivo Papanicolau, pois por serem lésbicas não estão expostas a doenças sexualmente transmissíveis. Destaca ainda a ignorância relativa a “esquecer” ou suprimir conhecimentos acerca de injustiças geradas pelo próprio grupo. Como, por exemplo, o apagamento do genocídio causado pelos colonizadores aos indígenas na História do Brasil, as práticas de estupro de negras, comuns e recorrentes na época da escravidão, praticadas pelos senhores de engenho, e a própria visão da chegada dos portugueses como a “descobrimto” do Brasil, como se não houvesse aqui outras civilizações.⁵³

Em alguns casos, a ignorância pode ser atribuída a segregação de agentes cognitivos situados. Os próprios grupos marginalizados impedem a disseminação do conhecimento de modo a impedir que chegue aos dominantes⁵⁴. Os membros de grupos subordinados podem ter interesses estratégicos em esconder o conhecimento sobre si mesmos dos grupos dominantes⁵⁵.

4. Considerações Finais

⁵² DOTSON, K. A Cautionary Tale: On Limiting Epistemic Oppression. *Frontiers*, 33(1): 24–47, 2012.

⁵³ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁵⁴ Cf. MARGONIS, f. John Dewey, W.E.B. DuBois, and Alain Locke: A Case Study in White Ignorance and Intellectual Segregation. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (eds.). *Race and Epistemologies of Ignorance*, SUNY Press, 2007.

⁵⁵ BAILEY, A. Strategic Ignorance. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (eds.). *Race and Epistemologies of Ignorance*, SUNY Press, 2007.

Epistemólogas feministas oferecem várias respostas ao problema de atribuição distorcida de autoridade epistêmica⁵⁶. Fricker⁵⁷ argumenta que não podemos evitar julgamentos de autoridade epistêmica, portanto nossa tarefa deve ser a de reconfigurar as normas para atribuí-la de maneira mais justa. Testemunho e confiança são noções fundamentais em Epistemologia Social, visto que boa parte do nosso conhecimento é adquirido com base em atos de fala de outras pessoas. Há uma ampla discussão acerca de quando se pode confiar no testemunho para aquisição de conhecimento. Essa discussão pode ser ampliada quando nos debruçamos sobre contextos reais, e pensamos a Epistemologia do Testemunho aplicada a questões de agressão sexual, por exemplo. É comum que os ouvintes questionem relatos de agressão sexual, duvidando de sua veracidade. Em geral, parece que mulheres tendem a não possuir credibilidade quando fazem denúncias deste tipo. Não se atribui confiança epistêmica a elas, mesmo que, conforme pesquisas realizadas nos Estados Unidos, apenas 2% dos casos sejam de falsas denúncias⁵⁸.

A isso Miranda Fricker⁵⁹ nomeia injustiça epistêmica. Trata-se de atribuir ou negar confiança epistêmica a um agente cognitivo *exclusivamente* em função da posição social que ela(e) ocupa, ou do grupo social ao qual ela(e) pertence. Mulheres, negros(as), minorias étnicas, homossexuais, transsexuais estão mais sujeitos a injustiça epistêmica. O que significa que tanto seu acesso ao conhecimento será dificultado, como a atribuição de confiança epistêmica lhes será negada. Sua voz não será ouvida! Em nossa sociedade patriarcal, é possível perceber que às mulheres não se atribui confiança nem no aspecto moral, nem no aspecto epistêmico. Todo o nosso mito de origem é fundado na concepção da mulher que trai o homem, e peca, recebendo como castigo a expulsão do paraíso.

Ou seja, já vemos em nosso mito de criação que a mulher não é confiável, pois se rende à luxúria e ao pecado, como Eva o fez. A mulher também não é epistemicamente confiável, pois nossa cultura tende a apresentá-la como menos racional, emotiva, que se deixa levar pelas paixões. Nas descrições do feminino sempre encontramos a mulher como passível de sucumbir às emoções, enquanto o homem é descrito como racional e

⁵⁶ ANDERSON, E. *Feminist Epistemology...*

⁵⁷ FRICKER, M. *Rational Authority and Social Power...*

⁵⁸ CREWE, B.; ICHIKAWA, J. J. *Rape Culture and Epistemology*. In: Jennifer Lackey (Ed.). *Applied Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

⁵⁹ FRICKER, M. *Rational Authority and Social Power...*

objetivo. Na sociedade patriarcal, a mulher é ligada à natureza, enquanto o homem é ligado à cultura. Diante de tais narrativas, como confiar epistemicamente nas mulheres?

Miranda Fricker⁶⁰ sugere realizar avaliações verísticas de nossas práticas epistêmicas, mas sempre atentos a um padrão político que possibilite a distinção de casos em que há *injustiça epistêmica*. A investigação da natureza e das causas da injustiça e da ignorância epistêmicas e suas possíveis soluções são uma das áreas mais ativas da epistemologia feminista atual.

⁶⁰ FRICKER, M. Rational Authority and Social Power...

Referências

- ADDELSON, K. The Man of Professional Wisdom. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill (eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and the Philosophy of Science*, Dordrecht: D. Reidel, 1983.
- ANDERSON, E. *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/> . Acesso em: 25 de fev. 2018.
- ANDERSON. Knowledge, Human Interests, and Objectivity in Feminist Epistemology, *Philosophical Topics*, 23: 27–58, 1995.
- BAILEY, A. Strategic Ignorance. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (eds.). *Race and Epistemologies of Ignorance*, SUNY Press, 2007.
- BORDO, S. *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture*, Albany: State University of New York Press, 1987.
- COADY, C. *Testimony: A Philosophical Study*. Oxford University Press: Oxford, 1992.
- COADY, C. *What Can She Know?* Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.
- CODE, Lorraine. Is the Sex of the Knower Epistemologically Significant? *Metaphilosophy*, 12: 267–276, 1981.
- CRAIG, E. *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis*. Oxford University Press: Oxford, 1990.
- CREWE, B.; ICHIKAWA, J. J. *Rape Culture and Epistemology*. In: Jennifer Lackey (Ed.). *Applied Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- DOTSON, K. A Cautionary Tale: On Limiting Epistemic Oppression. *Frontiers*, 33(1): 24–47, 2012.
- DOTSON, K. Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing. *Hypatia*, 26(2): 236–257, 2011.
- FRICKER, M. *Epistemic Injustice*, Oxford: Oxford University Press, 2007.
- FRICKER, M. Rational Authority and Social Power: Towards a Truly Social Epistemology. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 19(2), p. 159–77, 1998.
- FRICKER, M.; GRIMSHAW, J. Feminismo e Filosofia. In: BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. p. *Compêndio de Filosofia*. 3. ed. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2010.
- FRIEDMAN, R. B. On the Concept of Authority in Political Philosophy. In: RAZ, J. (ed.). *Authority*. New York University Press, New York, 1990.
- GOLDMAN, A. 2001. Social Epistemology. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2001 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em:

<https://plato.stanford.edu/archives/spr2001/entries/epistemology-social/> . Acesso em: 20 dez. 2018.

GOLDMAN, A. *Epistemology and Cognition*. Harvard University Press: Cambridge, 1986.

GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. Oxford University Press: Oxford, 1999.

GRASSWICK, H. *Feminist Social Epistemology*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminist-social-epistemology>. Acesso em: 18 fev. 2019.

HARDING, S. *The Science Question in Feminism*, Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, S., O'BARR, J. (eds.). *Sex and Scientific Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press, 1987.

HOOKEYWAY, C. Some Varieties of Epistemic Injustice: Reflections on Fricker”, *Episteme*, 7: 151–63, 2010.

HUBBARD, R. *The Politics of Women's Biology*, New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1990.

JONES, K. The Politics of Credibility. In: ANTONY, L.; WITT, C. (eds.) *A Mind of One's Own: Feminist Essays on Reason and Objectivity*. 2 ed. Boulder: Westview, 2002, p. 154–176.

KELLER, E.f. *A Feeling for the Organism*, San Francisco: W.H. Freeman, 1983.

KELLER, E.f. *A. Reflections on Gender and Science*, New Haven: Yale University Press, 1985.

KITCHER, p. Contrasting Conceptions of Social Epistemology. *Socializing Epistemology: The Social Dimensions of Knowledge*, Frederickf. Schmitt (ed.), Lanham MD: Rowman & Littlefield, p. 111–134, 1994.

LONGINO, H. E. *Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry*, Princeton: Princeton University Press, 1990.

MACKINNON, C. *Toward a Feminist Theory of the State*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

MARGONIS, f. John Dewey, W.E.B. DuBois, and Alain Locke: A Case Study in White Ignorance and Intellectual Segregation. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (eds.). *Race and Epistemologies of Ignorance*, SUNY Press, 2007.

MASON, R. Two Kinds of Unknowing. *Hypatia*, 26(2): 294–307, 2011.

MCLEOD, C. Trust. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/trust/> . Acesso em: 20 out. 2011.

MCMYLER, B. *Testimony, Trust and Authority*. Oxford University Press: Oxford, 2011.

NELSON, L. H. Epistemological Communities. In: LINDA, A.; POTTER, E. (eds). *Feminist Epistemologies*, New York: Routledge, 1993, p. 121–159.

NELSON, L. H. *Who Knows: From Quine to a Feminist Empiricism*, Philadelphia: Temple University Press, 1990.

ORIGGI, G. Trust, authority and epistemic responsibility. *Theoria*, 23, 61, p. 35-44, 2008.

ORIGGI, G. What Does it Mean to Trust in Epistemic Authority? *7th Annual Roundtable of Philosophy of Social Science Barnard College*, Columbia, New York, 2005.

ROSE, H. Hand, Brain, and Heart: A Feminist Epistemology for the Natural Sciences. In: HARDING, S.; O'BARR, J. *Sex and Scientific Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press, 1987.

RUETSCHKE, L. "Virtue and Contingent History: Possibilities for Feminist Epistemology", *Hypatia*, 19(1): 73–101, 2004.

SCHEMAN, N. Though This be Method, Yet There is Madness in It. In: ANTONY, L.; WITT, C. (ed). *A Mind of One's Own*, Boulder, CO, Westview Press, 1993.

SHAPIN, S. *A Social History of Truth*. Chicago University Press: Chicago, 1994.

SMITH, Dorothy. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology. *Sociological Inquiry*, 44: 7–13, 1974.

YOUNG, I. M. *Throwing Like a Girl and Other Essays in Feminist Political Theory*, Bloomington: Indiana University Press, 1990.

Como citar este artigo/How to cite this article:

KETZER, Patricia. Uma análise feminista da injustiça em casos de atribuição de autoridade epistêmica. *Revista Instituto Política por • de • para Mulheres*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 189-217, jan./abr. 2020.
